



SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA

PORTARIA SJBA-DIREF 245/2021

Aprova o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAA2022 - do Núcleo de Auditoria Interna da Seção Judiciária da Bahia.

O DIRETOR DO FORO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no processo administrativo SEI nº 0025295-83.2021.4.01.8004,

CONSIDERANDO:

- a) a apresentação do *Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAA2022* pelo NUAUD - Núcleo de Auditoria Interna desta Seção Judiciária da Bahia;
- b) a [Resolução 309/2020, alterada pela Resolução 422/2021, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ](#);
- c) a [Resolução 677/2020, do Conselho da Justiça Federal - CJF](#) e;
- d) a [Resolução 57/2017 do Tribunal Regional Federal da Primeira Região - TRF1](#)

RESOLVE:

I - APROVAR o *Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAA2022*, na forma estabelecida no Anexo desta Portaria.

Dê-se ampla divulgação, incluindo a publicação no portal desta Seccional da internet.

PUBLIQUE-SE.

Juiz Federal **FÁBIO RAMIRO**

DIRETOR DO FORO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Moreira Ramiro, Diretor do Foro**, em 28/10/2021, às 15:26 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **14342989** e o código CRC **146F756B**.

ANEXO I

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS PELA SEÇÃO DE AUDITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - SEAUG

A - Modalidade: Auditoria							
Item	Macrodesafios da Justiça Federal - Plano Estratégico 2021-2026	Ações	Processos Auditáveis	Objetivos	Riscos	Homens Dia Fiscalização - HDF	Período Proposto

1	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.	Auditoria de Contas referente ao exercício de 2021 - elaboração do Certificado da Unidade de Auditoria Interna que conclui a Auditoria de Contas de 2021.	Gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, gestão de pessoal e gestão do patrimônio.	Assegurar que as demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com as normas contábeis e o marco regulatório aplicável e estão livres de distorções relevantes causadas por fraude ou erro, bem como que as transações subjacentes às demonstrações contábeis e os atos de gestão relevantes dos responsáveis pela UPC estão de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis e com os princípios de administração pública que regem a gestão financeira responsável e a conduta dos agentes públicos.	Distorção relevante nas demonstrações contábeis, financeiras e orçamentárias, independentemente se por fraude ou erro. Demonstrações contábeis elaboradas e apresentadas em desacordo com as normas contábeis e o marco regulatório aplicáveis.	35	Janeiro a março.
2	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira	Auditoria nas contratações de bens e serviços.	Gestão das contratações.	Avaliar a regularidade das contratações diretas	Realização de procedimentos irregulares ou em desacordo com as normas vigentes; Dano financeiro ao erário; Dano à imagem / reputação da Seccional.	20	Abril a junho
3	Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados;	Auditoria nos contratos de serviços de TI,	Gestão de contratos	Avaliar a regularidade da liquidação e do pagamento de contratos de serviços de TI;	Realização de procedimentos irregulares ou em desacordo com as normas vigentes; Dano financeiro ao erário.	20	Maió a junho
4	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.	Ação Coordenada de Auditoria CNJ.	Plataforma Digital do Poder Judiciário.	Avaliação das na PDPJ (Plataforma Digital do Poder Judiciário)	A definir.	30	A definir.
5	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira.	Auditoria nas contratações de bens e serviços.	Gestão das contratações	Avaliar a gestão das contratações por licitação	Realização de procedimentos irregulares ou em desacordo com as normas vigentes; Dano financeiro ao erário; Dano à imagem / reputação da Seccional.	30	Maió a julho
6	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira.	Auditoria nas contratações de bens e serviços.	Gestão das contratações.	Avaliar a regularidade da concessão e da aplicação de recursos de adiantamento de suprimento de fundos.	Realização de procedimentos irregulares ou em desacordo com as normas vigentes; Dano financeiro ao erário.	20	Maió a julho
7	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira.	Auditoria nas contratações de bens e serviços.	Gestão das contratações.	Avaliar a regularidade das contratações mediante adesão à Atas de Registro de Preços.	Realização de procedimentos irregulares ou em desacordo com as normas vigentes; Dano financeiro ao erário; Dano à imagem / reputação da Seccional.	20	Agosto a setembro

1	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira.	Acompanhamento dos indícios de irregularidades em certames licitatórios publicados.	Gestão de licitações e contratos	Acompanhar e examinar os indícios de irregularidades contidos nos avisos do ALICE e solicitar providências junto à Direção	Realização de procedimentos irregulares ou em desacordo com as normas vigentes; Dano financeiro ao erário; Dano à imagem / reputação da Seccional.	7	Janeiro a dezembro.
2	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.	Acompanhamento, verificação e análise das decisões, acórdãos e orientações, bem como dos levantamentos do TCU, do CJF e do CNJ, para fins de aplicação e cumprimento pela Seccional.	-	Acompanhar, registrar e divulgar decisões, acórdãos, orientações e resultados dos levantamentos de governança do TCU, bem como avaliar a aplicação e o cumprimento pela Seccional.	Contas dos gestores do Tribunal julgadas irregulares ou com ressalvas pelo TCU; Gestão de recursos públicos de forma ineficiente, ineficaz ou sem efetividade.	15	Janeiro a dezembro

F - Modalidade: Capacitação							
Item	Macrodesafios da Justiça Federal - Plano Estratégico 2021-2026	Ações	Processos Auditáveis	Objetivo	Risco	Homens Dia Fiscalização - HDF	Período Proposto
1	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas.	Participação de servidores que atuam nas auditorias em ações de capacitação.	-	Desenvolver as competências necessárias para desempenhar as atividades de avaliação e consultoria, considerando a exigência de no mínimo 40h anuais de capacitação para cada auditor, nos termos do art. 72 da Resolução CNJ 309/2020	Não detecção de distorções relevantes nas demonstrações contábeis e/ou desvios relevantes nas atividades subjacentes; Ações que não agregam valor à Administração. Inobservância da determinação constante no art. 72 da Resolução CNJ 309/2020.	50	Janeiro a dezembro

ANEXO 11

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS PELA SEÇÃO DE AUDITORIA DE PESSOAL – SEAUP.

A - Modalidade: Auditoria							
Item	Macrodesafios da Justiça Federal - Plano Estratégico 2021-2026	Ações	Processos Auditáveis	Objetivos	Riscos	Homens Dia Fiscalização - HDF	Período Proposto

1	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.	Prestação de apoio à gestão em consultas e aconselhamentos, nos limites do estatuto de auditoria interna.	-	Apoiar a gestão, nos limites do estatuto, de modo a adicionar valor e aperfeiçoar processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos administrativos.	Utilização antieconômica de controles internos mal desenhados; Fragilização do ambiente de controle devido à inobservância de medidas administrativas apropriadas; Atuação da auditoria interna em atividades que possam configurar cogestão, resultando em ausência de distinção entre as atividades de controle interno e de auditoria interna.	15	Janeiro a dezembro
---	--	--	---	--	---	----	--------------------

C - Modalidade: Projeto

Item	Macrodesafios da Justiça Federal - Plano Estratégico 2021-2026	Ações	Processos Auditáveis	Objetivo	Risco	Homens Dia Fiscalização - HDF	Período Proposto
1	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.	Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna.	-	Auxiliar na elaboração do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna 2021.	Inobservância da obrigação prevista na Resolução CNJ 309/2020.	5	Março e abril
2	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.	Implantação da Gestão de Riscos dos processos de trabalho do NUAUD.	-	Auxiliar na Implementação do gerenciamento de riscos no NUAUD.	Exposição a riscos não identificados e gerenciados.	5	Abril a dezembro
3	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.	Elaboração do Plano Anual de Auditoria - PAA 2023.	-	Auxiliar na elaboração Plano Anual de Auditoria - PAA 2023. Escolha inadequada das ações a serem realizadas.	Ações planejadas sem avaliação dos riscos associados aos processos de trabalho; Ações planejadas sem observar a materialidade dos objetos prioritizados; Não envolvimento da gestão na priorização de ações relevantes para a Administração; Inobservância dos prazos de aprovação e publicação definidos na Resolução CNJ 309/2020.	2	Agosto a outubro.

D - Modalidade: Acompanhamento

Item	Macrodesafios da Justiça Federal - Plano Estratégico 2021-2026	Ações	Processos Auditáveis	Objetivo	Risco	Homens Dia Fiscalização - HDF	Período Proposto
------	--	-------	----------------------	----------	-------	-------------------------------	------------------

1	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira.	Acompanhamento dos indícios de irregularidades em folha de pagamento do módulo e-Pessoal.	Gestão de pessoas.	Acompanhar, examinar e diligenciar os indícios de irregularidades em folha de pagamento disponibilizados pelo TCU no módulo Indícios, do sistema e-Pessoal;	Realização de procedimentos irregulares ou em desacordo com as normas vigentes; Dano financeiro ao erário; Dano à imagem / reputação da Seccional.	30	Janeiro a dezembro.
2	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas.	Acompanhamento dos atos de admissão, requisição, cessão, aposentadorias, pensões e concessão de benefício especial.	Gestão de pessoas.	Acompanhar e verificar a regularidade dos atos de admissão, requisição, cessão, aposentadorias e pensões e de concessão de benefício especial.	Atos em desacordo com as normas vigentes; Dano financeiro ao erário; Dano à imagem / reputação da Seccional; Divergência de valor do benefício especial; Não comprovação dos requisitos habilitação.	32	Janeiro a dezembro
3	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.	Acompanhamento, verificação e análise das decisões, acórdãos e orientações, bem como dos levantamentos do TCU, do CJF e do CNJ, para fins de aplicação e cumprimento pela Seccional.	-	Acompanhar, registrar e divulgar decisões, acórdãos, orientações e resultados dos levantamentos de governança do TCU, bem como avaliar a aplicação e o cumprimento pela Seccional.	Contas dos gestores do Tribunal julgadas irregulares ou com ressalvas pelo TCU; Gestão de recursos públicos de forma ineficiente, ineficaz ou sem efetividade.	15	Janeiro a dezembro

E - Modalidade: Capacitação							
Item	Macrodesafios da Justiça Federal - Plano Estratégico 2021-2026	Ações	Processos Auditáveis	Objetivo	Risco	Homens Dia Fiscalização - HDF	Período Proposto
1	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas.	Participação de servidores que atuam nas auditorias em ações de capacitação.	-	Desenvolver as competências necessárias para desempenhar as atividades de avaliação e consultoria, considerando a exigência de no mínimo 40h anuais de capacitação para cada auditor, nos termos do art. 72 da Resolução CNJ 309/2020	Não detecção de distorções relevantes nas demonstrações contábeis e/ou desvios relevantes nas atividades subjacentes; Ações que não agregam valor à Administração. Inobservância da determinação constante no art. 72 da Resolução CNJ 309/2020.	35	Janeiro a dezembro

ANEXO III

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS PELO SERVIÇO DE PLANEJAMENTO E MONITORAMENTO DE AUDITORIA - SERPAM

A - Modalidade: Monitoramento

Item	Objetivos do Plano Estratégico 2015-2020	Ações	Processos Auditáveis	Objetivo	Risco	Homens Dia Fiscalização - HDF	Período Proposto
1	Aprimorar o funcionamento do sistema de controles internos da Justiça Federal	Monitoramento da ação para avaliar a regularidade da liquidação e do pagamento da folha de pagamento de pessoal de dezembro/2019.	Gestão de pessoas	Monitorar as recomendações acatadas, expedidas no relatório da auditoria de que trata o PA 0003799-32.2020.4.01.8004.	Liquidação e pagamento indevidos de créditos e débitos; Fragilidades decorrentes de controles não implementados.	3	Janeiro e fevereiro
2	Desenvolver o potencial humano nos órgãos da Justiça Federal.	Monitoramento da ação para avaliar o projeto relacionado ao exame periódico	Gestão de pessoas.	Monitorar as recomendações acatadas, expedidas no relatório da auditoria de que trata o PA 0005325-34.2020.4.01.8004.	- Controles inadequados para garantir o alcance dos objetivos do programa EPS – Exames Periódicos de Saúde; - Não identificação tempestiva de riscos ocupacionais identificados a partir das ações do EPS.	3	Janeiro e fevereiro
3	Aprimorar o funcionamento do sistema de controles internos da Justiça Federal. - Otimizar custos operacionais.	Monitoramento da ação para avaliar os gastos com diárias.	Indenizações e benefícios	Monitorar as recomendações acatadas, expedidas no relatório da auditoria de que trata o PA 0011545-48.2020.4.01.8004.	- Inobservância das normas de concessão e pagamento de diárias.	3	Março e abril
4	Buscar a satisfação do usuário/cidadão	Monitoramento da ação para avaliar a regularidade dos pagamentos de honorários da Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - AJPC.	Honorários a advogados dativos e peritos.	Monitorar as recomendações acatadas, expedidas no relatório da auditoria de que trata o PA 0000265-51.2018.4.01.8004.	- Ausência de <i>reembolso dos encargos patronais suportados pela JFBA na razão de 20% pelos não beneficiário da Justiça Gratuita.</i>	3	Março e abril
5	Aprimorar o funcionamento do sistema de controles internos da Justiça Federal.	Monitoramento das ações para avaliar a regularidade das folhas de pagamento.	Gestão de pessoas.	Monitorar as recomendações acatadas relacionadas à criação e aperfeiçoamento de sistemas informatizados, expedidas nos relatórios das auditorias de que tratam os PAs 0008982-52.2018.4.01.8004, 0015520-49.2018.4.01.8004, 0001438-76.2019.4.01.8004, 0006313-89.2019.4.01.8004.	- Liquidação e pagamento indevidos de créditos e débitos; - Fragilidades decorrentes da realização de tarefas manuais.	3	Maio e junho
6	Aprimorar o funcionamento do sistema de controles internos da Justiça Federal.	Monitoramento das ações para avaliar a gestão dos bens do almoxarifado	Gestão de almoxarifado	Monitorar as recomendações acatadas, expedidas no relatório da auditoria de que trata o PA 0003650-70.2019.4.01.8004.	- Perda de validade de material estocado; - Intempestividade dos registros contábeis de materiais retirados para consumo; - Concentração de requisições de materiais em períodos específicos de cada ano sem justificativas.	3	Maio e junho
7	Aprimorar o funcionamento do sistema de controles internos da Justiça Federal.	Monitoramento das ações para avaliar os atos de admissão, aposentadoria e pensões.	Gestão de Pessoas.	Monitorar as recomendações acatadas, expedidas no relatório da auditoria de que trata o PA 0013221-65.2019.4.01.8004.	- Atos em desacordo com a legislação vigente.	3	Julho e agosto

8	Aprimorar o funcionamento do sistema de controles internos da Justiça Federal.	Monitoramento das ações para avaliar a regularidade das folhas de pagamento do mês de outubro/19.	Gestão de pessoas.	Monitorar as recomendações acatadas, expedidas no relatório da auditoria de que trata o PA 0014626-39.2019.4.01.8004.	-Inobservância da ordem sequencial da progressão funcional.	3	Julho e agosto
9	Aprimorar o funcionamento do sistema de controles internos da Justiça Federal.	Monitoramento das ações para avaliar a regularidade dos procedimentos licitatórios	Gestão de contratos.	Monitorar as recomendações acatadas, expedidas no relatório da auditoria de que trata o PA 0001138-80.2020.4.01.8004.	- Sobrepreço relacionado ao item material na planilha de custos.	5	Julho e agosto
10	Aprimorar o funcionamento do sistema de controles internos da Justiça Federal.	Monitoramento da ação para avaliar a regularidade da liquidação e do pagamento das folhas de pessoal de março de 2020.	Gestão de pessoas	Monitorar as recomendações acatadas, expedidas no relatório da auditoria de que trata o PA 0005941-09.2020.4.01.8004.	- Ausência de atualização cadastral.	3	Setembro e outubro
11	Aprimorar o funcionamento do sistema de controles internos da Justiça Federal.	Monitoramento da ação para avaliar a regularidade da liquidação e do pagamento das folhas de pagamento de pessoal de junho de 2020.	Gestão de pessoas.	Monitorar as recomendações acatadas, expedidas no relatório da auditoria de que trata o PA 0016599-92.2020.4.01.8004.	- Ausência de atualização cadastral.	3	Setembro e outubro
12	Aprimorar o funcionamento do sistema de controles internos da Justiça Federal.	Monitoramento da ação para avaliar a os controles internos voltados aos registros dos imóveis em sistemas de TI.	Gestão de imóveis.	Monitorar as recomendações acatadas, expedidas no relatório da auditoria de que trata o PA 0019849-36.2020.4.01.8004.	- Desatualização de dados em sistema cadastral de imóveis.	3	Novembro e dezembro
13	Otimizar custos operacionais	Monitoramento da ação para avaliar a regularidade da liquidação e do pagamento de despesas contratuais.	Gestão da frota de veículos.	Monitorar as recomendações acatadas, expedidas no relatório da auditoria de que trata o PA 0003040-68.2020.4.01.8004.	- Ausência de cotação de preços para a execução de serviços;; - Quantidade inferior a <u>três cotações</u> na realização dos serviços; - Concentração de serviços de manutenção veicular em determinadas oficinas; - Ausência de curso de capacitação específica para o executor do contrato.	3	Novembro e dezembro

B - Modalidade: Consultoria/aconselhamento

Item	Macrodesafios da Justiça Federal - Plano Estratégico 2021-2026	Ações	Processos Auditáveis	Objetivo	Risco	Homens Dia Fiscalização - HDF	Período Proposto
------	--	-------	----------------------	----------	-------	-------------------------------	------------------

1	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.	Acompanhamento, verificação e análise das decisões, acórdãos e orientações, bem como dos levantamentos do TCU, do CJF e do CNJ, para fins de aplicação e cumprimento pela Seccional.	-	Acompanhar, registrar e divulgar decisões, acórdãos, orientações e resultados dos levantamentos de governança do TCU, bem como avaliar a aplicação e o cumprimento pela Seccional.	Contas dos gestores do Tribunal julgadas irregulares ou com ressalvas pelo TCU; Gestão de recursos públicos de forma ineficiente, ineficaz ou sem efetividade.	10	Janeiro a dezembro
---	--	---	---	--	---	----	--------------------

E - Modalidade: Capacitação							
Item	Macrodesafios da Justiça Federal - Plano Estratégico 2021-2026	Ações	Processos Auditáveis	Objetivo	Risco	Homens Dia Fiscalização - HDF	Período Proposto
1	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas.	Participação de servidores que atuam nas auditorias em ações de capacitação.	-	Desenvolver as competências necessárias para desempenhar as atividades de avaliação e consultoria, considerando a exigência de no mínimo 40h anuais de capacitação para cada auditor, nos termos do art. 72 da Resolução CNJ 309/2020	<p>Não detecção de distorções relevantes nas demonstrações contábeis e/ou desvios relevantes nas atividades subjacentes;</p> <p>Ações que não agregam valor à Administração.</p> <p>Inobservância da determinação constante no art. 72 da Resolução CNJ 309/2020.</p>	10	Janeiro a dezembro